

DALTON SANTOS MORAIS

Advogado | OAB/ES 16.668



CONTATO



dalton.moraes@hotmail.com
dalton.moraes@agu.gov.br



(27) 99238.6500

FUNÇÕES DESEMPENHADAS ATUALMENTE

ADVOCACIA

2023
Advogado Público Federal da Advocacia Geral da União, com atuação no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região e no Superior Tribunal de Justiça.

2023
Membro da ação PRÓ-ESTRATÉGIA da Procuradoria Federal Nacional de Contencioso, com atuação estratégica nacional em controvérsias relevantes ou repetitivas, inclusive no Superior Tribunal de Justiça.

DOCÊNCIA

2023
Professor das disciplinas de Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional no Curso e Direito do Centro Universitário FAESA.

2023
Professor articulador da pós-graduação lato sensu em Governança, gestão pública e direito administrativo do Centro Universitário FAESA.



FORMAÇÃO ACADÊMICA

2011

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

2005

Pós-graduado em Direito do Estado e Administrativo pela Universidade Gama Filho

2001

Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

ADVOCACIA

- 2023 - 2002
Advocacia pública como Procurador Federal da Advocacia Geral da União.

GESTÃO DE PROCURADORIAS

- 2023 - 2021
Coordenador técnico da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região, com atuação no Tribunal Regional Federal e nas Turmas Recursais da 2ª Região.
- 2016
Diretor do Departamento de Contencioso da Procuradoria Geral Federal, com atuação no STF, STJ, TNU e responsável pela supervisão de contencioso em todo o Brasil.
- 2015 - 2014
Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo.
- 2014 - 2012
Coordenador do Núcleo de Tribunal de Justiça e Turma Recursal da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo.
- 2013 - 2012
Chefe do Setor de Juizados Especiais Federais da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no Espírito Santo.
- 2012 - 2009
Substituto do Procurador Responsável pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo.
- 2005 - 2003
Chefe da Divisão de Unidades Descentralizadas da Procuradoria Federal na Fundação IBGE.



EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

GRADUAÇÃO

- 2023 - 2006
Professor Mestre do Curso de Direito do Centro Universitário FAESA.

PÓS-GRADUAÇÃO

- 2022
Professor na Pós-graduação lato sensu em funções institucionais da AGU - Escola da AGU.
- 2021 e 2013
Professor na Pós-graduação lato sensu da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP.
- 2014
Professor na Pós-graduação lato sensu "A Fazenda Pública em Juízo" da Faculdade de Direito de Vitória - FDV.

OUTRAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

- 2023
Membro da Banca Examinadora da prova oral do Concurso Público para provimento de cargos de Procurador Federal da AGU.
- 2023
Coordenação do livro "Direitos fundamentais e jurisdição constitucional" realizado pela OAB/ES.
- 2023 - 2008
Assessor científico da Revista Científica do Centro Universitário FAESA.
- 2016
Coordenação do livro "A Seguridade Social em questão: da normatividade à jurisprudência". Belo Horizonte: D' Plácido Editora.
- 2015 - 2008
Coordenador da Escola da Advocacia-Geral da União no Estado do Espírito Santo.
- 2014 - 2011
Parecerista colaborador da Revista da Advocacia-Geral da União.
- 2006 - 2004
Colaborador do Fórum de Gestão e Contratação Pública da Editora Fórum (MG), do Informativo de Licitação e Contratos (ILC), do Informativo de Direito Administrativo e Lei de Responsabilidade Fiscal da Editora Zênite (PR).

LIVROS PUBLICADOS

- 2011
Proporcionalidade no processo civil brasileiro à luz da teoria do direito de Robert Alexy e o dever de fundamentação das decisões judiciais. Rio de Janeiro: Editora Lumen Iuris.
- 2010
Controle de Constitucionalidade: Exposições críticas à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Salvador: Editora JusPodium.
- 2005
Temas de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Editora NDJ.

CAPÍTULOS DE LIVROS PUBLICADOS

- 2023
A criminalização da homofobia e os novos tempos no saneamento das omissões inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal: o caso da ação direta de inconstitucionalidade por omissão nº 26 e do mandado de injunção nº 4733. Estudos atuais em Direito. Vol. 1. Org. Pedro Paulo da Cunha Ferreira. São Paulo: Editora Dialética, 2023. p. 13/70.
- 2023
A vida como ela é para as pessoas trans: a omissão do Poder Legislativo e o papel essencial do STF na efetivação de direitos trans nos 35 anos da CF/88. Reflexões Jurídicas: Coletânea de Estudos e Debates. Vol. 1. São Paulo: Editora Dialética, 2023.
- 2016
A perda de oportunidade de coletivização do processo contra o Poder Público no Novo Código de Processo Civil. In Repercussões do Novo CPC. V.8. Processo coletivo. Salvador: Editora JusPodium.
- 2013
Democracia e direitos fundamentais: propostas para uma jurisdição constitucional democrática. In Democracia e Constitucionalismo. Salvador: Editora JusPodium.



ARTIGOS PUBLICADOS

- 2023
"As fake news e a guinada do STF sobre liberdade de expressão". Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 28, n. 7184, 3 mar. 2023.
- 2022
"Propostas para melhoria da eficiência do sistema de precedentes judiciais nas questões que envolvam o Poder Público em juízo: uma proposta de lege ferenda". Revista Brasileira de Direito processual (RBDPRO) n° 119. Belo Horizonte: Ed. Fórum.¹

¹ Os artigos indicados são apenas uma amostragem, eis que não haveria espaço para listar os outros 19 artigos publicados pelo candidato em revistas jurídicas especializadas, nacionais e internacionais.



PALESTRAS PROFERIDAS

NACIONAIS

2023

"A vida como ela é para as pessoas trans". Painel Defesa de Minorias na 24ª Conferência Nacional da Advocacia. Belo Horizonte - MG.

2023

"Sistema de precedentes judiciais" no Circuito Nacional de Processo Civil organizado pela Comissão Nacional de Processo Civil do CFOAB e pela FAESA.

2023

Representante da Procuradoria Geral Federal na III Jornada de Direito Processual Civil do Conselho de Justiça Federal. Brasília - DF.

INTERNACIONAIS

2016

"As ações repetitivas contra o Poder Público e o veto à conversão da ação individual em ação coletiva no NCPD projetado: a perda de uma oportunidade e um fracasso anunciado do sistema de precedentes". Universidade Roma Tor Vergata. Roma - Itália.

2014

"Recent major social events in Brazil and its importance to the Brazilian Law". Wabash College e Indiana University Robert H. McKinney School of Law. Indiana - Estados Unidos da América. (2014 e 2013)

2012

"O papel das Cortes Superiores no controle das decisões jurisdicionais". Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados. Lisboa - Portugal.

2012

"Meios alternativos de solução de conflitos". Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Lisboa - Portugal.

² As palestras indicadas são apenas uma amostragem, eis que não haveria espaço para listar as outras 38 oportunidades em que o candidato proferiu palestras em congressos, seminários e mesas redondas.



ATIVIDADES DESEMPENHADAS NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

3

2023 - 2022

Secretário-geral adjunto e membro da Comissão Nacional de Educação Jurídica do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

2023 - 2019

Membro da Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Espírito Santo (OAB/ES).

2023 - 2018

Membro das bancas examinadoras dos 26º, 27º, 28º, 29º, 35º e 38º Exames de Ordem realizados pela FGV e pelo CFOAB.

2023 - 2017

Membro das bancas recursais dos 22º, 23º, 34º e 38º Exames de Ordem realizados pela FGV e pelo CFOAB.

2021 - 2019

Membro da Comissão Nacional do Exame de Ordem do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

2018 - 2016

Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

2018 - 2016

Secretário-Geral da Comissão Nacional de Advocacia Pública do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

2016

Presidente da Comissão de Advocacia Pública da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Espírito Santo (OAB/ES).



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

2021 - Homenagem recebida pelos serviços prestados à Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/ES.

2019 - Homenagem concedida pelo Reitor do Centro Universitário FAESA pelo alcance da Nota 5 no ENADE pelo Curso de Direito (2019 e 2017).

2018 - Homenagem pelos serviços prestados ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil como Conselheiro Federal.

2017 - Título de cidadão capixaba concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

2017 - Homenagem pelos relevantes serviços prestados à advocacia autárquica pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

2014 - Lista tríplice para juiz eleitoral substituto na classe juristas do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo - TRE-ES. Candidato mais votado na lista elaborada pelo TJ/ES.

2012 - Condecoração Jubileu de Bronze pelos inestimáveis serviços prestados durante 10 (dez) anos de efetivo exercício na Advocacia-Geral da União.

2001 - 31º Prêmio Jurídico Alaôr Eduardo Scisínio concedido pela OAB/RJ pelo 1º lugar no tema "A Ética na Advocacia".

CURRÍCULO ¹

Nome: DALTON SANTOS MORAIS.

Inscrição OAB/ES nº 16668

Telefone celular: (27) 99238-6500.

Endereço eletrônico: dalton.morais@hotmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9714143339934475>

Candidato classificado em 1º lugar na lista sêxtupla do Conselho Federal da OAB e em 2º lugar na lista tríplice do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para o quinto constitucional da vaga decorrente da posse do desembargador federal Messod Azulay Neto no cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

1. FORMAÇÃO.

- **Mestre em Direito** pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.
- **Pós-graduado em Direito do Estado e Administrativo** pela Universidade Gama Filho – UGF/RIO.
- **Bacharel em Direito** pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.

2.1. NA ADVOCACIA.

- **Advogado Público Federal** da Procuradoria Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União – PGF/AGU, com **experiência de mais de 21 anos de advocacia**, tendo alcançado o posto de **Diretor do Departamento de Contencioso**, onde foi **responsável pela coordenação nacional do contencioso e representação judicial das**

¹ Não constam deste CV a participação do interessado como ouvinte em cursos e eventos, bem como entrevistado na mídia tradicional ou na internet e como autor de artigos de opinião.

entidades no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça e demais Tribunais Superiores.

- Atualmente, é **Coordenador Técnico** na **Procuradoria Regional Federal da 2ª Região (RJ/ES) (2023/2021)**, com atuação no **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, nas **Turmas Recursais da 2ª Região** e no **Superior Tribunal de Justiça**.

2.2. NA GESTÃO DE PROCURADORIAS E COORDENAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA.

- **Diretor** do Departamento de Contencioso da Procuradoria Geral Federal – PGF/AGU (2016) – Brasília – DF.
- **Procurador-Chefe Substituto** da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo - PF/ES/PGF/AGU (DAS 2015-2014 e 2011-2009).
- **Coordenador** da Escola da Advocacia-Geral da União no Estado do Espírito Santo – AGU (2014-2008).
- **Chefe** do Setor de Acompanhamento dos Juizados Especiais Federais da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no Espírito Santo – PFE-INSS/PGF/AGU (2014-2013).
- **Chefe** da Divisão de Unidades Descentralizadas da Procuradoria Federal na Fundação IBGE – PGF/AGU (2005-2003).

2.3. NA DOCÊNCIA, PESQUISA E VOLUNTARIADO ACADÊMICO.

- **Examinador da prova oral para concurso público para o provimento do cargo de Procurador Federal da Advocacia-Geral da União.**
- **Professor de ensino superior** na área do Direito com **mais de 18 anos de experiência docente.**
- **Atualmente é professor** das disciplinas de Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional no **Curso de Direito do Centro Universitário FAESA (2023-2006)** e **professor articulador da pós-graduação lato sensu** em Governança, gestão pública e direito administrativo do Centro Universitário FAESA (Vitória-ES).

- **Professor de pós-graduação *lato sensu* da Escola da Advocacia-Geral da União e da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP.**
- **Pesquisador na área do Direito com diversas obras publicadas** desde livros individuais, capítulos em obras coletivas (livros) e artigos em revistas jurídicas especializadas dotadas de conceito QUALIS elevado.
- **Parecerista colaborador** da Revista da Advocacia-Geral da União.
- **Colaborador do Fórum de Gestão e Contratação Pública da Editora Fórum (MG), do Informativo de Licitação e Contratos (ILC), do Informativo de Direito Administrativo e Lei de Responsabilidade Fiscal da Editora Zênite (PR).**
- **Assessor científico** da Revista Científica FAESA ².

2.4. NA PARTICIPAÇÃO DE LISTAS TRÍPLICES DESTINADAS À ADVOCACIA.

- **Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo – TRE-ES.** Candidato **mais votado** na **lista tríplice** elaborada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo para o cargo de **desembargador eleitoral substituto na classe juristas** (2014).

3. PESQUISA E PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA.

3.1. OBRAS PRODUZIDAS NO ÚLTIMO ANO.

- **A criminalização da homofobia e os novos tempos no saneamento das omissões inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal:** o caso da ação direta de inconstitucionalidade por omissão nº 26 e do mandado de injunção nº 4733. Estudos atuais em Direito. Vol. 1. Org. Pedro Paulo da Cunha Ferreira. São Paulo: Editora Dialética, 2023. p. 13/70.
- **A vida como ela é para as pessoas trans:** a omissão do Poder Legislativo e o papel essencial do STF na efetivação de direitos trans nos

² <http://portal.faesa.br/pesquisa-extensao-e-cultura/revista-faesa>

35 anos da CF/88. Reflexões Jurídicas: Coletânea de Estudos e Debates. Vol. 1. São Paulo : Editora Dialética, 2023.

- **As fake news e a guinada do STF sobre liberdade de expressão.** Revista *Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 28, n. 7184, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/102188>. Acesso em: 6 mar. 2023. Aceito para publicação em livro coletivo da OAB/ES.
- **Propostas para melhoria da eficiência do sistema de precedentes judiciais nas questões que envolvam o Poder Público em juízo: uma proposta de *lege ferenda*.** In Revista Brasileira de Direito processual (RBDPRO) nº 119. Editora Fórum. Belo Horizonte, ano 30, p. 151/175. Jul/set 2022.

3.2. LIVROS DE AUTORIA EXCLUSIVA PUBLICADOS.

- **Proporcionalidade no processo civil brasileiro à luz da teoria do direito de Robert Alexy e o dever de fundamentação das decisões judiciais.** Rio de Janeiro: Editora *Lumen Iuris*, 2011. E-book. 277p.
- **Controle de Constitucionalidade: Exposições críticas à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.** Salvador: Editora *JusPodium*, 2010. 338p.
- **Temas de Licitações e Contratos Administrativos.** São Paulo: Editora NDJ, 2005. 332p.

3.3. CAPÍTULOS EM LIVROS COLETIVOS PUBLICADOS.

- **Autonomia orçamentária, financeira, administrativa e técnica como fator essencial à concretização da advocacia pública como função essencial à Justiça.** In **Advocacia Pública Federal: afirmação como função essencial à Justiça.** CASTRO, Aldemario Araujo; MACEDO, Rommel. (Org.) Brasília: OAB, Conselho Federal, 2016. p. 159/178.
- **Repercussão geral e ações previdenciárias: a perda de uma oportunidade para a coletivização do processo no novo CPC.** In **A Seguridade Social em questão: da normatividade à jurisprudência.** RIBEIRO, Rodrigo Araújo; MORAIS, Dalton Santos; BATISTA, Flávio Roberto Batista;

MACIEL, Fernando. (Org.). Belo Horizonte: **D'Plácido Editora**, 2016. p. 487/508.

- A perda de oportunidade de coletivização do processo contra o Poder Público no Novo Código de Processo Civil. *In* **Repercussões do Novo CPC. V.8. Processo coletivo**. DIDIER JR., Freddie. ZANETTI JR., Hermes. (Org.). Salvador: **Editora JusPodium**, 2016. p. 413/428.
- Democracia e direitos fundamentais: propostas para uma jurisdição constitucional democrática. *In* **Democracia e Constitucionalismo**. FELLET, André; NOVELINO, Marcelo. (Org.). Salvador: **Editora JusPodium**, 2013. p. 161/188.
- Os custos da atividade administrativa e o princípio da eficiência. *In* **Doutrinas essenciais de direito administrativo**. SUNDFELD, Carlos Ari; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Org.) São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2012. Cap. 4, v.I. p. 709/745.

3.4. ARTIGOS PUBLICADOS EM REVISTAS, PERIÓDICOS JURÍDICOS E ANAIS DE EVENTOS.

- **As técnicas de coletivização de julgamento do recurso extraordinário do CPC/2015 e as ações previdenciárias de massa**: a quase novidade da coletivização do processo, a perda de uma chance e um fracasso anunciado. *In* **Revista da AGU**. Ano 09 n° 2 – Brasília-DF, abril/junho, 2017. p. 47/68.
- **Democracia e direitos fundamentais**: propostas para uma jurisdição constitucional democrática. *In* **Revista eletrônica da Faculdade de Direito de Lisboa** n° 05, Maio/2013 ³. *In* Revista eletrônica Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3237, 12 maio 2012 ⁴.
- **Proporcionalidade, ponderação de princípios e razoabilidade no projeto do novo CPC à luz da teoria de Robert Alexy**. *In* **Revista eletrônica da Faculdade de Direito de Lisboa** n° 10, Out/2012 ⁵.
- **A subordinação processual constitucional do juiz contemporâneo no processo civil brasileiro**. *In* Revista eletrônica da Faculdade de Direito de Lisboa n° 05, Maio/2012 ⁶. *In* Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo. v. 10. n. 10. Vitória: PGE/ES, 2010. *In* **Revista Brasileira**

³ Disponível em <http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2013_05_04159_04195.pdf> Acesso em 07/05/2013.

⁴ Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/21755>>. Acesso em: 12/05/2012.

⁵ Disponível em <http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2012_10_6205_6263.pdf> Acesso em 07/02/2013.

⁶ Disponível em <http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2012_05_2921_2985.pdf> Acesso em 14/10/2012.

de Direito Processual. Ano 17. n. 67. jul/set. 2009. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

- **A atuação judicial criativa nas sociedades complexas e pluralistas contemporâneas sob parâmetros jurídico-constitucionais.** *In* Revista Brasileira de Direito Público – RBDP. Ano 9. N. 32. Jan/Mar 2011. Ed. Fórum. **Revista de Processo.** São Paulo, n. 180, fev/2010. *In* Revista da Procuradoria Geral do Município de Vitória. v. 2. n. 1. Vitória, ES: Procuradoria, 2010.
- **A evolução da hermenêutica jurídica brasileira para a consideração dos custos da atuação estatal.** *In* Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo. v. 9. n. 9. Vitória: PGE/ES, 2010.; *In* **Fórum de Gestão e Contratação Pública** n° 76 ano 7 abril/2008 p.26/51 Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008. ⁷

⁷ **Demais artigos publicados:**

- A legitimidade passiva e a “defesa” do Poder Público na nova lei do mandado de segurança - Lei nº 12.016/2009. *In* Revista de Processo nº 184. São Paulo. Jun/2010.
- Crítica à caracterização da atuação senatorial no controle concreto de constitucionalidade brasileiro como função de publicidade: a importância da jurisdição constitucional ordinária e os limites da mutação constitucional. *In* Revista de Processo. São Paulo, v.34, n.176, p. 50-92, out. 2009.
- A limitação da ação direta de inconstitucionalidade por omissão como mecanismo de resolução da omissão inconstitucional e a discussão sobre a responsabilidade civil do ente omissor. *In* Revista de processo nº 171. Maio/2009 São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- Interpretação conforme a Constituição e declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto: inadequação da equiparação das técnicas pelo Supremo Tribunal Federal. *In* Revista Científica da FAESA. v.4 n.1 jan./dez. 2008 Vitória: FAESA, 2008. p. 71/76.
- A abstrativização do controle difuso de constitucionalidade no Brasil e a participação do *amicus curiae* em seu processo. *In* Revista de processo nº 164. Outubro/2008 São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- A modificação da jurisprudência do STF sobre os efeitos do mandado de injunção no direito de greve dos servidores públicos. *In* Informativo de Direito Administrativo e LRF. Curitiba : Zênite. IDAF nº 82 maio/2008.
- Os custos da atividade administrativa e o princípio da eficiência. *In* Revista dos Tribunais – RT nº 837 julho/2005, p. 79/105. *In* Revista de Direito Administrativo – RDA nº 237, julho/setembro 2004 p.165/196.
- A importância jurídica dos custos da atuação estatal. *In* Revista da Advocacia-Geral da União nº 04, ano IV, abril/2005. *In* Informativo de Direito Administrativo e LRF. Curitiba : Zênite. IDAF nº 40 novembro/2004.
- Imprescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário ajuizada pela Administração Pública Federal cedente de servidor público a órgãos públicos de Estados, Distrito Federal e Municípios. *In* Informativo de Direito Administrativo e LRF. Curitiba : Zênite. IDAF nº 43. Fevereiro/2005. *In* Revista Eletrônica da Advocacia-geral da União nº 34, ano IV, novembro/2004. Disponível em <https://redeagu.agu.gov.br/UnidadesAGU/CEAGU/ce.htm>.
- A eficiência administrativa como princípio do direito administrativo brasileiro. *In* Revista da Advocacia-Geral da União nº 03, ano IV, outubro/2004. *In* Informativo de Direito Administrativo e LRF. Curitiba : Zênite. IDAF nº 39. outubro/2004 – fls. 229/240.
- Serviços de manutenção de elevadores: serviços comuns passíveis de licitação mediante pregão. *In* Informativo de Licitações e Contratos. Curitiba : Zênite, 2004. ILC nº 128 outubro/2004 – fls. 943/946.
- A proibição de licitar e contratar com a Administração Pública Federal às cooperativas de mão-de-obra. *In* Informativo de Licitações e Contratos. Curitiba : Zênite. ILC nº 123 maio/2004 – fls. 426/439. *In* Boletim de Licitações e Contratos. São Paulo : NDJ. BLC nº 07, julho/2004, p. 479/494.
- Contratação direta de energia elétrica: fundamentação legal. *In* Informativo de Licitações e Contratos. Curitiba: Zênite. ILC nº 119 – janeiro/2004, p. 33/36.
- A repactuação de preços à luz do princípio da preservação do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos de serviços contínuos da esfera federal. *In* Revista de Direito Administrativo – RDA nº 233, julho/setembro 2003 p. 245/260. *In* Informativo de Licitações e Contratos – ILC nº 115 setembro/2003 – fls. 766/776. *In* Boletim de Licitações e Contratos – BLC nº 02, fevereiro/2004, p. 110/120.

4. COORDENAÇÃO DE OBRAS COLETIVAS (LIVROS)

- **Direitos fundamentais e jurisdição constitucional.** RISK FILHO, José Carlos; DAL'COL, João Roberto de Sá; FABRIZ, Daury Cesar; MORAIS, Dalton Santos. (Org.). OAB/ES. 2023.
- **A Seguridade Social em questão: da normatividade à jurisprudência.** RIBEIRO, Rodrigo Araújo; MORAIS, Dalton Santos; BATISTA, Flávio Roberto Batista; MACIEL, Fernando. (Org.). Belo Horizonte: **D'Plácido Editora**, 2016.

5. VOLUNTARIADO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

- **Secretário-geral adjunto** e membro da **Comissão Nacional de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil** (2023-2022)
- Membro da **Comissão de Estudos Constitucionais** da Ordem dos Advogados do Brasil da Seção Espírito Santo (2023-2019)
- Membro na **Comissão Nacional do Exame de Ordem do CFOAB** (2021-2019)
- **Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil** (2018-2016)
- **Secretário-Geral da Comissão Nacional de Advocacia Pública** do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (2018-2016)
- **Presidente da Comissão de Advocacia Pública** da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Espírito Santo (2016)
- Membro das **bancas examinadoras do 26º, 27º, 28º, 29º, 35º e 38º Exames de Ordem** realizado pela FGV e pelo CFOAB
- Membro das **bancas recursais dos 22º, 23º, 34º e 38º Exames de Ordem** realizados pela FGV e pelo CFOAB.

6. PALESTRAS E AULAS MINISTRADAS EM CURSOS, CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, FÓRUNS E ENCONTROS (palestrante).

6.1. NACIONAIS.

- 2023 – **A vida como ela é para as pessoas trans.** Palestra na **24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira** no painel **“Defesa das Minorias”**. Belo Horizonte – MG.

- 2023 – **A separação de poderes na democracia contemporânea.** Palestra no seminário “A importância do Estado democrático de Direito” promovido pela OAB/Es, pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo e pela FAESA. Vitória - ES.
- 2023 – Representante da Procuradoria Geral Federal na **III Jornada de Direito Processual Civil** do Conselho de Justiça Federal. Brasília – DF.
- 2023 – **Sistema de precedentes judiciais.** Palestra no Circuito Nacional de Processo Civil organizado pela Comissão Nacional de Processo Civil do CFOAB e pela FAESA. Vitória - ES.
- 2023 – **A vida como ela é para as pessoas trans:** a omissão do Poder Legislativo e o papel na essencial do STF na efetivação de direitos trans nos 35 anos da CF/88. Palestra de abertura do semestre letivo do curso de Direito da FAESA. Vitória – ES.
- 2023 – **O papel do Supremo Tribunal Federal na proteção da ordem democrática.** Palestra de abertura do semestre letivo do curso de Direito da FAESA. Vitória – ES.
- 2022 – **Redução unilateral de litigiosidade.** A Advocacia Geral da União e a solução de conflitos na atualidade – OAB/RJ (palestra por vídeo conferência).
- 2022 – **Atuação estratégica nos Tribunais.** Reunião técnica da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região – PGF/AGU.
- 2022 – **Mandado de segurança, suspensão de segurança e ação popular** – aulas ministradas na Pós-graduação *lato sensu* em funções institucionais da AGU - Escola da AGU.
- 2021 – **Caso Raposa Serra do Sol** – Pós-graduação *lato sensu* do UNICEUB/DF (aula por videoconferência).
- 2021 – **Ações diretas de constitucionalidade** – Pós-graduação *lato sensu* da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP (aulas por videoconferência).
- 2019 – **Mesa redonda sobre “Reforma da Previdência”** – Universidade Estácio de Sá – Vitória/ES.
- 2019 – **Direitos fundamentais no regime militar?** – Centro Universitário FAESA – Vitória/ES
- 2018 – **Seminário 30 anos da Constituição** - FAESA – Vitória/ES.
- 2018 – Coordenação acadêmica do **Grupo de Trabalho “Processo e Constituição”** do III Congresso Brasil-Argentina de Direito Processual – UFES – Vitória/ES
- 2018 – **Falhas estruturais do sistema brasileiro de precedentes judiciais** – resumo de artigo apresentado no Grupo de Trabalho

“Processo e Constituição” do III Congresso Brasil-Argentina de Direito Processual – UFES – Vitória/ES

- 2018 – Conferência em **Mesa Redonda** sobre **Censura, Manifestações Culturais e Redes Sociais** - Curso de Direito - FAESA – Vitória/ES.
- 2017 – **Novo CPC e a Advocacia**. Secretário do Painel 8 da XXIII Conferência Nacional da Advocacia promovida pelo CFOAB.
- 2017 – **O papel da Advocacia pública no combate às fraudes contra o Poder Público** – Seminário A Advocacia Pública no combate à corrupção – Vitória – ES – AESAP e OAB/ES – Vitória - ES
- 2017 – **O julgamento do Supremo Tribunal Federal no HC 126.292 e a prisão após julgamento de 2ª instância** – IV Simpósio Fundamentos do Direito da 16ª Jornada Científica e Cultural da FAESA – Vitória - ES
- 2017 – **Colaboração premiada** – Vitória – ES
- 2017 – **O CPC/2015 e a atuação da Advocacia Pública em Juízo** (curso de 40 horas/aula) – ESA-OAB/ES – Vitória - ES.
- 2016 – **AGU – Advocacia de Estado: assegurando a cidadania e garantindo o desenvolvimento** – Congresso Nacional dos Advogados Públicos Federais – CONAFE – Fortaleza – CE.
- 2016 – **Perícia médica e as alterações promovidas pela MP 739/2016**. Os impactos das alterações da legislação previdenciária nos juizados especiais federais e nas turmas recursais. 5º Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região – FOREJEF. Rio de Janeiro – RJ.
- 2016 – **O Novo Código de Processo Civil e a Fazenda Pública em Juízo**. XLII Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF. Vitória – ES.
- 2016 – **Recursos excepcionais e reclamação no Novo CPC**. Curso de Atualização em direito processual civil. 19/05/2016. Escola da AGU e Escola da Procuradoria-Geral de Santa Catarina. Florianópolis – SC.
- 2016 – **A Fazenda Pública no Novo CPC**. Curso Novo Código de Processo Civil: atualização em direito processual civil. 07/04/2016. Universidade Federal do Espírito Santo, Escola Superior de Advocacia – OAB/ES e Escola da AGU - Vitória – ES.
- 2016 – **Repercussão geral e ações previdenciárias: a perda de uma oportunidade para a coletivização do processo no Novo CPC** – Seminário da Seguridade Social – 11/05/2016. Escola da Advocacia-Geral da União. Belo Horizonte – MG. ⁸

⁸ Demais exposições e/ou palestras proferidas:

2018 – Atualidades Jurídicas e Legais e Karoot, preparando para o ENADE - Curso de Direito - FAESA – Vitória/ES.

2018 –Roda do Saber: atualidades , circulando o conhecimento - Curso de Direito - FAESA – Vitória/ES.

6.2. INTERNACIONAIS.

- 2016 – **As ações repetitivas contra o Poder Público e o veto à conversão da ação individual em ação coletiva no NCPC projetado: a perda de uma oportunidade e um fracasso anunciado do sistema de precedentes – Apresentação no Curso “O processo civil contemporâneo:**

2018 – Aplicação do método PBL (*problem based learning*) de maneira integrada no ensino jurídico – III Seminário de Boas Práticas educacionais – Centro Universitário FAESA – Vitória/ES.

2015 – Minorias sob os pontos de vista sociológico e jurídico - Palestra no Curso de Direito - FAESA – Vitória/ES.

2015 – A Constituição Federal e o Novo CPC - Palestra de abertura do semestre letivo – Curso de Direito - FAESA – Vitória/ES.

2015 – Valorização da Advocacia Pública Federal: as propostas de emenda à Constituição 82 e 443-A. - Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo - Vitória/ES. ⁸

2015 – A Advocacia Pública e o novo CPC. Seminário “Novidades e tendências do novo CPC”. Painel “A Fazenda Pública em Juízo”. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – ES. ⁸

2015 – Advocacia Pública e combate à corrupção. Palestra no Seminário de Combate à Corrupção – Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo - Vitória/ES. ⁸

2015 – Uso de recursos metodológicos diversificados em ambiente virtual de aprendizagem – AVA. Palestra no I Seminário de Boas Práticas Docentes - FAESA – Vitória/ES.

2014 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e Reclamação Constitucional - Pós-graduação *lato sensu* “A Fazenda Pública em Juízo” da Faculdade de Direito de Vitória – FDV.

2014 – Democracia, direitos fundamentais e jurisdição constitucional democrática – Palestra de abertura do ano letivo – Curso de Direito - FAESA – Vitória/ES.

2013 – Súmula vinculante e reclamação constitucional – (palestra) - Dez/2013 – Pós-graduação em Direito Público – Escola Superior de Advocacia da OAB/SP. São Paulo/SP.

2013 - As recentes manifestações populares, constituinte, plebiscito, referendo e os 25 anos da Constituição de 1988: o Brasil precisa de uma nova Constituição? - (palestra) Out/2013 – I Simpósio de Fundamentos Constitucionais – XII Jornada Científica e Cultural 2013 - FAESA – Vitória/ES.

2013 – Meios alternativos de solução de conflitos e a experiência da conciliação judicial recursal no Espírito Santo – (palestra) - Julho/2013 - IV Seminário Regional da Advocacia Pública Federal da 2ª Região.

2013 - Princípios constitucionais e uniformização de jurisprudência – Palestra de abertura do ano letivo - FAESA – Vitória/ES.

2012 – Meios de uniformização de jurisprudência: súmula vinculante e recursos (curso de extensão) - Out/2012 - FAESA – Vitória/ES.

2012 – Princípios constitucionais, ponderação e tutela do meio ambiente - (palestra) Out/2012 - FAESA – Vitória/ES.

2012 – A importância da uniformização de jurisprudência para o direito constitucional e processual civil brasileiro - (palestra) Agosto/2012 - FAESA – Vitória/ES.

2012 – A proporcionalidade no direito processual civil brasileiro – Palestra de abertura do ano letivo - FAESA – Vitória/ES.

2011 - Proporcionalidade, ponderação de princípios e razoabilidade no projeto do novo CPC (palestra) – V Encontro Capixaba de Direito do Estado – Nov/2011.

2011 – Controle de constitucionalidade nos Tribunais de Contas – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (curso) – Vitória/ES – Março e Agosto/2011.

2011 e 2010 – Processo Administrativo Federal – Lei nº 9.784/99 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e Escola da AGU (curso) – Vitória/Es – Out/2010.

2010 – A legitimidade passiva e a “defesa” do Poder Público na nova lei do mandado de segurança - Lei nº 12.016/2009 – (palestra) Março/2010 - Seminário “A nova lei do mandado de segurança e a atuação das Procuradorias” e III Seminário Regional da Advocacia Pública Federal da 2ª Região – Vitória/ES.

2010 – Controle de constitucionalidade: exposições críticas à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. – (palestra) Março/2010 - FAESA – Vitória/ES.

2009 – Crítica à teoria da atuação senatorial no controle concreto de constitucionalidade brasileiro como mera função de publicidade – (palestra) Set/2009 - Seminário de Atualidades Jurídicas - Centro Acadêmico do Curso de Direito da FAESA – Vitória/ES.

2009 – Relatoria do Grupo de Trabalho da Advocacia Pública Federal e exposição de enunciados no encerramento do I Congresso da Advocacia Pública no Estado do Espírito Santo – Junho/2006 - Vitória/ES.

2009 - AGU Cidadã e uma proposta de nova postura processual na defesa do interesse público federal: a experiência da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo – (palestra) - Maio/2009 - II Seminário Regional da Advocacia Pública Federal da 2ª Região.

2009 - A subordinação processual constitucional do juiz contemporâneo no processo civil brasileiro – (palestra) Fev/2009 - I Semana Científica do Curso de Direito da FAESA – Vitória/ES.

estudos comparados Brasil e Itália – **Universidade Roma Tor Vergata. Roma - Itália**

- 2014 e 2013 - ***Recent major social events in Brazil and its importance to the Brazilian Law*** – Seminário em **Wabash College e Indiana University Robert H. McKinney School of Law. Indiana – Estados Unidos da América.**
- 2012 – **O papel dos Cortes Superiores no controle das decisões jurisdicionais** – *Curso Luso-brasileiro de processo civil: o futuro do processo civil no Brasil e em Portugal* – **Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados. Lisboa – Portugal. Junho/2012.**
- 2012 – **Meios alternativos de solução de conflitos** – *Curso Luso-brasileiro de processo civil: o futuro do processo civil no Brasil e em Portugal* – **Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos Judiciários de Portugal. Lisboa – Portugal. Junho/2012.**
- 2008 - **A evolução da hermenêutica jurídica brasileira para a consideração dos custos da atuação estatal.** *XIV Seminário Internacional em Ciencias Sociales y Humanidades - Universidade de Santiago – USACH. Santiago – Chile – Jan/2008.*

7. PRÊMIOS E HOMENAGENS RECEBIDAS.

- Reconhecimento pelos serviços prestados à **Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo** na Comissão de Estudos Constitucionais – 2021.
- Reconhecimento Curso Nota Máxima ENADE – Concedido pelo **Reitor do Centro Universitário FAESA** pelo alcance da Nota 5 no ENADE pelo Curso de Direito – 2019.
- Reconhecimento pelos serviços prestados ao **Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil** como Conselheiro Federal – 2018.
- Reconhecimento Mérito Acadêmico – Concedido pelo **Reitor do Centro Universitário FAESA** por ser homenageado por aluno “Mérito Acadêmico” - 2018.
- **Título de cidadão capixaba** concedido pela **Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo** – 2017.
- Homenagem por relevantes serviços prestados à advocacia autárquica pela **Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo** – 2017.

- Reconhecimento Curso Nota Máxima ENADE – Concedido pelo **Reitor do Centro Universitário FAESA** pelo alcance da Nota 5 no ENADE pelo Curso de Direito – 2017.
- Condecoração Jubileu de Bronze em reconhecimento a seus inestimáveis serviços prestados durante 10 (dez) anos de efetivo exercício na **Advocacia-Geral da União** - 2012
- 31º Prêmio Jurídico Alaôr Eduardo Scisínio – **Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio de Janeiro** – 2001. 1º lugar com o tema “A Ética na Advocacia”.